

EDITORIAL

Este número da *Revista Paranaense de Desenvolvimento* procura dar continuidade – em sua estrutura ou no modo como se apresentam suas seções – à preocupação em contemplar diferentes formas de abordagem dos assuntos em pauta.

Assim, a primeira seção traz o *dossiê* denominado *Políticas Públicas no Brasil e a Idealização de Territórios*, organizado por Gislene Pereira, arquiteta e urbanista, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo na mesma universidade, e Clovis Ultramari, arquiteto e urbanista, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) no Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana.

O *dossiê* compõe-se de seis estudos, os quais trazem uma discussão sobre a territorialização de políticas públicas, ou seja, uma compilação sobre iniciativas governamentais que se concretizam sobre recortes precisos de um determinado território.

Se, por um lado, estes artigos têm em comum uma preocupação com o papel do Estado, por outro, diferem quanto ao contexto de suas análises. Assim, inicia-se este *dossiê* com uma discussão sobre a complexidade metropolitana, avança-se para os espaços rurais, segue-se com a leitura de uma região definida por grandes projetos, passa-se para o estudo de um estado (no caso, o Paraná) e, finalmente, discorre-se sobre o multiestado europeu.

Numa primeira leitura, buscando-se pontos comuns nesta diversidade autoral, o leitor corre o risco de identificar apenas um forte pessimismo, ou, minimamente, um desapontamento em relação às iniciativas de regionalização até então observadas.

De fato, na discussão de Olga Firkowski, *Por que as regiões metropolitanas no Brasil são regiões mas não são metropolitanas*, observa-se um receio tácito frente à criação dessas associações municipais sem um necessário cuidado conceitual; Jorge Ramón Montenegro Gómez e Jorge Luiz Favaro, em *Uma leitura crítica do desenvolvimento territorial rural realmente existente: entre as condições de possibilidade e a implantação*, explicitam uma forte desconfiança em face de formas de desenvolvimento que tão somente revelam frustrações, poucos resultados e um “frágil balanço entre avanços e descaminhos”; Douglas Montes Barbosa e Fernanda Ester Sánchez García, em *Região-emprego: planejamento, reorganização territorial e grandes*

projetos no Alto Paraopeba-MG, receiam o condicionamento do espaço regional às demandas do capital produtivo; Christian Luiz da Silva, Sigrig Andersen e Karin Käsmayer, em *Avaliação comparativa de três políticas ambientais no Estado do Paraná: o ZEE, o GERCO e Políticas de Incentivo à Agroecologia*, falam em dissociação entre objetivos de políticas públicas e as reais estratégias de desenvolvimento no Brasil, do mesmo modo que discorrem sobre uma difícil dicotomia entre a defesa ambiental e a defesa do crescimento econômico; Vicente Ferreira de Castro Neto, em *Paraná: políticas urbanas, metropolização e humanização das cidades – visão sob o enfoque territorial*, conclui, para o caso paranaense, pela existência de um planejamento territorial que ocorre de forma isolada e intermitente, apenas; por último, Paulo Alexandre do Nascimento Castro Seixas, em *Políticas e modelos de desenvolvimento territorial na Europa e em Portugal*, relata a incongruência de um modelo de desenvolvimento baseado na relação centro-periferia e numa possível convivência entre competitividade e consórcio.

Entretanto, numa leitura mais profunda desses mesmos autores, o desencanto é alternado por um claro posicionamento crítico e pela indicação de algumas saídas.

Neste par de posicionamentos, descrente mas crítico e propositivo, repousa a importância precípua deste dossiê.

Olga Firkowski vê na criação de regiões metropolitanas uma oportunidade para se pensar agremiações regionais; segundo a autora, a despeito de uma possível “perda da pureza conceitual”, ganha-se no esforço associativo. Jorge Ramón Montenegro Gómez e Jorge Luis Favaro revelam uma crença em possíveis “brechas abertas com esforço e constância por grupos sociais”. Douglas Montes Barbosa e Fernanda Ester Sánchez García, apoiando-se em outros autores, falam em um planejamento capaz de servir “de elemento privilegiado para a otimização sistêmica na exploração das oportunidades”, de um Estado que possa implementar parcerias, de um Estado capaz de “remover obstáculos no capital social básico, abrindo horizontes de acumulação para a iniciativa privada”. Christian Luiz da Silva, Sigrig Andersen e Karin Käsmayer sugerem a possibilidade de políticas capazes de “suplantar os problemas e minimizar as fragilidades, na busca de um novo padrão de governança ambiental no Estado”. Vicente Ferreira de Castro Neto, lembrando a *Antígona*, de Sófocles, afirma que “as cidades são as pessoas”. Por último, Paulo Alexandre do Nascimento Castro Seixas revela acreditar numa possível suplantação da competitividade regional pela parceria entre as partes que a compõem. Acreditamos que na identificação dessas possíveis dualidades está a maior riqueza dos trabalhos que compõem esta primeira seção.

Após o dossiê, tem-se a seção de artigos, na qual seis contribuições analisam e discutem temáticas vinculadas à economia, agroindústria, demografia e turismo rural no Estado do Paraná.

No primeiro deles, *As cooperativas de produção no Paraná e o BRDE como agente indutor do desenvolvimento*, Wellington Pereira e Simone Cazarotto apresentam alguns indicadores que ilustram a evolução expressiva da produção agroindustrial na Região Sul do Brasil, em que destacam o Paraná, considerando que o seu sucesso está diretamente ligado ao apoio dado ao desenvolvimento econômico, através do acesso a crédito de longo prazo pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

A seguir, Marina Cardoso Oliveira, Geraldino Carneiro Araújo e os alunos Aline Silva Gomes Vaz, Jaqueline Silva Lima, Juliana Fernanda Barros, Vanessa Flávia Freitas Souza e Vanderlei Souza Monteiro, ainda discutindo o cooperativismo, tratam, em *Valores de trabalho de catadores de materiais recicláveis: expectativas com o trabalho cooperado*, dos principais valores pessoais e expectativas com o trabalho cooperado entre um grupo de catadores de materiais recicláveis do Interior do Mato Grosso do Sul.

No terceiro artigo, *Consolidação e perspectivas da agroindústria paranaense em relação ao Mercosul: uma análise de 1999 a 2009*, Mirian Beatriz Schneider Braun, Rubiane Daniele Cardoso, Vanessa de Souza Dahmer e Rúbia Nara Rinaldi examinam a consolidação e as perspectivas da agroindústria paranaense em relação ao MERCOSUL no período de 1999 a 2009, através do método da Taxa Geométrica de Crescimento (TGC).

A agroindústria é analisada também à luz do Censo Agropecuário no texto *Agregação de valor nas agroindústrias rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário*, no qual os autores Marcio Gazolla, Paulo Andre Niederle e Paulo Dabdab Waquil discorrem sobre a agregação de valor na agroindústria rural brasileira utilizando informações provenientes de tabulações derivadas dos microdados do Censo Agropecuário, as quais permitiram construir uma comparação setorial e macrorregional.

O quinto artigo, *Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios*, de Marisa Valle Magalhães e Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra, traz um panorama da dinâmica demográfica paranaense das últimas décadas, salientando as alterações, as diversidades regionais, os rumos e as repercussões que daí emergem.

Finalizando a seção dedicada aos artigos, tem-se o estudo *O idioma ambiental e a promoção de Caminhadas na Natureza: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí, Paraná*, em que Rodrigo Toniol e Carlos Alberto Steil demonstram a existência de um interesse empírico na promoção de Caminhadas na Natureza como política pública no Paraná, destacando o

modo pelo qual esta ação se relaciona com uma série de transformações mais amplas, contribuindo para tornar a questão ambiental uma espécie de idioma não restrito ao âmbito ecológico, mas capaz de operar como paradigma moral, ético e estético.

Espera-se que tanto o *dossiê* deste número como os demais *artigos* impulsionem transformações no pensar em diferentes sentidos, instiguem novas pesquisas e contribuam para o debate sobre os temas aqui apresentados.

Gislene Pereira e Clovis Ultramari
*Organizadores do Dossiê Políticas Públicas
no Brasil e a Idealização de Territórios*

Silmara Cimbalista
Editora da Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD)